

VIOLÊNCIA E RELAÇÕES SOCIAIS — A QUESTÃO DA DIFERENÇA

Gilberto Velho

1 — Um dos pontos fundamentais sobre a questão da cidadania na sociedade contemporânea é o *direito à diferença*. Neste sentido, qualquer ação seja do Estado, seja de particulares que viole, reprima este direito implica em um *abuso de poder* e no estabelecimento de *violência* nas relações sociais. Esta não precisa, para ser caracterizada, na explicitação do uso da força física embora no Brasil isso seja, como todos sabemos, bastante comum. No entanto, é importante perceber o problema brasileiro dentro do quadro mais amplo da sociedade contemporânea. Sem dúvida é na cidade e, particularmente, na grande metrópole que a heterogeneidade e a multiplicidade de grupos e regiões morais¹ criam condições para a emergência de maior diferenciação de estilos de vida. Por isso mesmo é aí também que surgem com mais freqüência os conflitos e choques, diante das dificuldades de coexistência e convivência. O papel do Estado, da burocracia e das diversas agências governamentais deve ser examinado tanto ao nível propriamente administrativo como em termos políticos mais amplos.

O esmagamento dos direitos de cidadania tem sido denunciado, por exemplo, nos E.U.A., Inglaterra, Alemanha Ocidental, etc., inclusive por entidades científicas como a *Society for the Study of Social Problems* e a *European Society for the*

1. Ver PARK, Robert E. — A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano, In: **O Fenômeno Urbano**, org. Otávio Velho, Zahar Editores, 1967; e SIMMEL, Georg — A Metrópole e a Vida Mental, In: **O Fenômeno Urbano** org. Otávio Velho, Zahar Editores, 1967.

Study of Social Problems. A questão das minorias nos E.U.A. e na Inglaterra, a situação irlandesa, o aparato burocrático do Estado Alemão, com seu estreito controle sobre grupos dissidentes tem chamado atenção de que mesmo naquelas sociedades habitualmente identificadas com os princípios do liberalismo e/ou da democracia parlamentar, desenvolvem-se processos em que o Estado, particularmente o Executivo, cresce como entidade todo-poderosa, assumindo suas feições de Leviatã. Não vou me deter nos exemplos óbvios da União Soviética e de outros países onde, sob a égide do socialismo e com as justificativas de um discurso aparentemente progressista, perseguem-se e cerceiam-se dissidentes, restringindo suas possibilidades de ir e vir, internando-os em hospitais psiquiátricos e outras coisas do gênero.

O problema mais geral, portanto, é a relação da sociedade civil e de seus diferentes segmentos com a máquina estatal com suas frações, subgrupos e agências.

Sem dúvida, nas sociedades em que existe uma tradição liberal mais vigorosa há maior ressonância e respaldo para os protestos em defesa dos direitos individuais. A liberdade de imprensa, por exemplo, é, obviamente, essencial dentro deste quadro.

II — Em trabalho anterior² procurei mostrar como há no Brasil pouco espaço para a implementação da cidadania diante dos impasses entre ideologias individualistas emergentes e um sistema sócio-cultural solidamente ancorado em princípios hierarquizantes. A violência contemporânea, especialmente nas grandes cidades, estaria associada a inexistência de um universo moral suficientemente coeso em torno de uma ou outra dessas vertentes, criando áreas de indefinição e de extrema ambigüidade. A violência apareceria como resultado do enfraquecimento dos mecanismos de reciprocidade próprios a ordem hierárquica tradicional e das dificuldades de regular as relações entre as classes sociais dentro de um modelo político democrático.

Assim, ao lado da tendência geral para a crescente complexificação e aumento do poder do Estado na sociedade moderna, a situação brasileira apresentaria, sem dúvida, peculiaridades. A diferença era aceita e legitimada dentro do sistema hierárquico tradicional. Diferente sim, mas sabendo o seu lu-

2. Ver VELHO, Gilberto — "Violência e Cidadania", em **DADOS** — Revista de Ciências Sociais, IUPERJ, Vol. 23, n.º 3, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980.

gar. Negros, mulheres, crianças, mulatos e índios ocupavam nichos bem definidos, com valores conhecidos e precedências estabelecidas. A relação entre as categorias sociais era sustentada na existência da diferença, constantemente marcada e enfatizada.

Com o desenvolvimento das ideologias individualistas e com as conhecidas transformações ligadas aos processos de industrialização e modernização, a ordem hierárquica tradicional é abalada e emergem, de várias formas, diferenças não articuladas ou incorporadas ao universo moral preexistente. O *anonimato relativo*³ característico da grande cidade e da metrópole dá maior margem de manobra para a elaboração de projetos grupais e individuais peculiares e divergentes. Surgem minorias que procuram se organizar, movimentos defendendo interesses os mais variados. Apenas alguns exemplos: grupos negros de tendências diversificadas marcam sua identidade étnica e cultural opondo-se a uma hegemonia branca; da problemática da sexualidade e dos papéis sexuais emergem os diversos grupos que compõem o movimento feminista além de grupos *gay* com características próprias; associações de bairro assumem a questão da localidade e da vizinhança erguendo a bandeira da qualidade de vida e da ecologia contra os interesses e poderosos grupos privados e eventualmente do próprio Estado, etc.

No Brasil o enfraquecimento do Legislativo e do Judiciário faz com que fique evidente a onipotência do Poder Executivo fazendo com que o próprio Estado com ele se confunda. A idéia de representação dos diferentes grupos e segmentos da sociedade através do Legislativo é esvaziada na prática e o pretendido controle fiscalizador do Judiciário é ineficaz na maioria dos casos em que o Executivo tem seus interesses bem definidos e objetivos traçados.

Originalmente, a idéia da cidadania e de suas responsabilidades aparece no ideário liberal associado à questão da representação: "No taxation without representation."

A possibilidade de minorias, grupos dissidentes e divergentes terem voz e acesso a decisões que afetam seus destinos é praticamente nula. A atuação dos partidos oficiais, com raríssimas exceções e em casos específicos, não expressa maiores preocupações com a temática do pluralismo cultural. A questão indígena, de algum tempo para cá, vem despertando

3. Ver VELHO, Gilberto e MACHADO, Luiz Antonio — "Organização Social do Meio Urbano", *Anuário Antropológico*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.

atenção de alguns parlamentares isolados e certos programas partidários já a mencionam assim como a questão da mulher e do negro. Mas, em geral, ocupam posição secundária e periférica.

III — Esta problemática do pluralismo sócio-cultural e do direito à diferença não deve ser vista como desligada das questões associadas a sobrevivências dos segmentos e camadas de baixa renda, marginalizados do mercado de trabalho, desempregados ou semi-empregados. Acredito que é importante deixar de vê-los apenas como *força de trabalho* e passar a perceber seus estilos de vida, suas crenças, suas visões de mundo com tudo que têm de particular e específico. Assim, não só as diferenças entre os índios Suyá e os Tukuna são importantes mas também, em outro nível, o que distingue o operário do Vale do Itajaí do operário em construção naval do Rio de Janeiro ou do trabalhador em usina de açúcar de Pernambuco⁴. Assim como importa perceber as diferentes construções sociais da realidade que diferenciam camponatos de áreas de fronteiras de trabalhadores de *plantation* do litoral.

A religiosidade, a ênfase no indivíduo, a importância da família e parentesco, as formas de sociabilidade em geral são domínios fundamentais para o pesquisador se aproximar de uma compreensão mais complexa dos diferentes segmentos que compõem nossa sociedade onde a experiência de classe, sem dúvida, é das mais significativas. Enfatizo que isto vale para os estratos e segmentos que caracterizam a complexidade e heterogeneidade da sociedade brasileira. Há diferenças e descontinuidades culturais e ideológicas marcantes dentro do operariado, do camponato, das camadas médias e das elites. Estas, sem dúvida, principalmente na sua vertente político-burocrática (militar inclusive) tem apresentado maior homogeneidade e continuidade em termos de visão de mundo e estilo de vida. Esta talvez seja uma das razões ou a expressão da so-

4. Ver, respectivamente, SEYFERTH, Giralda — “A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Museu Nacional, 1973 (mimeo) — publicada pela Editora Movimento SAB, Porto Alegre, 1974; BARSTED, Dennis V.W. Linhares — “Medição de Forças. O Movimento de 1953 e a Época dos Operários Navais”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Museu Nacional, 1980 (mimeo); LOPES, José Sérgio Leite, “O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Museu Nacional, 1974 (mimeo) — publicada pela Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

lidez e importância do Executivo. Por isso mesmo, os desvios aí surgidos são encarados como especialmente ameaçadores e perigosos.

A percepção e o direito à diferença são pilstras fundamentais para qualquer programa ou iniciativa que vise tornar mais democrática e melhorar as condições de vida do povo brasileiro. A violência, além de expressar relações sociais de dominação e exploração, marca também a existência de muralhas de preconceitos e autoritarismo que defendem a homogeneização e a uniformização como modo de vida desejável. O controle social manifesta-se não só quando se reprime uma greve operária ou uma passeata estudantil, mas quando discriminam-se crenças religiosas, preferências sexuais e formas de vida alternativas em geral. O desenvolvimento tecnológico e a complexificação da administração da sociedade moderna são acionados como justificativas para a crescente burocratização e fortalecimento do Executivo no Brasil e em outros países do mundo contemporâneo. Com isto, as decisões se tornam cada vez mais autoritárias e afastadas do cotidiano dos segmentos que compõem as diferentes sociedades.

A vida das grandes cidades expressa com nitidez a arbitrariedade da tecnocracia e de um planejamento urbano que nada tem a ver com os interesses e expectativas dos grupos que sofrem sua ação. A descentralização e o pluralismo são as bandeiras necessárias para qualquer projeto político que realmente pretenda mudar algo além da fachada do aparato institucional que hoje nos cerca e esmaga.

Cabe, também, aos cientistas sociais identificar e analisar grupos, interesses e percepções da realidade que apresentam contornos e fronteiras definidas. Este mapeamento é base necessária para análises mais ricas da sociedade brasileira.